

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.225 - SP (2019/0355728-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : P H F DE B
ADVOGADO : BRUNO BARROS MENDES - SP376553
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por P. H. F. DE B. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do *Habeas Corpus* n. 2150447-05.2019.8.26.0000).

Infere-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/06, na forma do art. 69 e 29 do CP e 2º da Lei dos Crimes hediondos (tráfico e associação para o tráfico).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, sustentando inidoneidade de fundamentos para a manutenção do decreto prisional cautelar do paciente. A ordem foi denegada pelo TJSP nos termos da seguinte ementa (fls. 85/86):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. 1. Presença dos requisitos e pressupostos da prisão processual. Cabimento da prisão preventiva. Fundamentação idônea na origem. Paciente denunciado por guardar, passar e separar drogas a serem comercializadas, em concurso com outros corréus integrantes da mesma associação, que traziam e guardavam consigo mais porções de drogas, para fins de tráfico. Gravidade concreta dos delitos imputados ao paciente e risco que a sua liberdade traz à persecução penal e ao meio social. Elementos concretos indicativos de que a soltura do paciente colocará em risco a ordem pública. 2. Insuficiência, ao menos por ora, da imposição de medidas de contracautela diversas (artigo 319 do CPP). 3. Desproporcionalidade não aferível em sede de habeas corpus, dada a impossibilidade de promover-se juízo antecipatório de mérito. 4. Eventuais predicados pessoais não geram direito à liberdade, mormente quando presentes os pressupostos e fundamentos que legitimam a Imposição da prisão cautelar. 5. Demais questões (que o paciente não tem ligação com a droga apreendida nem com os corréus) que se relacionam ao mérito, inviável o seu exame nos estreitos limites deste

Superior Tribunal de Justiça

writ 6. *Impetração conhecida parcialmente e, na parte conhecida, denegada a ordem.*

No presente recurso, a defesa reitera que a medida acautelatória do paciente não está devidamente fundamentada. Assegura que se corre o risco do paciente permanecer mais tempo em regime fechado cautelarmente do que o exigido no caso de eventual condenação.

Requer, em liminar, a suspensão dos efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente nos autos da presente ação penal, determinando sua soltura até o julgamento definitivo deste *writ*, subsidiariamente, a revogação da prisão preventiva do paciente, aplicando-lhe uma das medidas do art. 319 do CPP e, no mérito, a cassação do ato da autoridade coatora que decretou a prisão preventiva do paciente.

É o relatório. Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 533.861/SP, de minha relatoria, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n. 2150447-05.2019.8.26.0000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, e considerando que a mencionada impetração se encontra em estágio mais adiantado, concluso e com parecer do Ministério Público Federal, obstaculizado o conhecimento deste recurso e reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

